



Número: **0826888-02.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **23/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA (AUTOR)		IGOR DE LIMA CABRAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7282028	21/11/2019 13:14	Certidão	Certidão
6780389	23/10/2019 10:41	Despacho	Despacho
6712899	14/10/2019 10:41	Certidão de triagem	Certidão
6441743	23/09/2019 10:34	Petição Inicial	Petição Inicial
6441744	23/09/2019 10:34	Documentos	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6441745	23/09/2019 10:34	resposta adm	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6441746	23/09/2019 10:34	Inicial	Petição

PROCESSO Nº: 0826888-02.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]
AUTOR: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que devidamente intimado do Despacho ID 6780389, decorrido o prazo, a parte Autora não apresentou cópia do processo administrativo junto à seguradora requerida, bem como não aditou a petição inicial.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, faço a conclusão do presente processo para despacho/decisão/sentença.

TERESINA-PI, 21 de novembro de 2019.

LEDA RAQUEL CALADO E SILVA LOBAO LOPES
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0826888-02.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]
AUTOR: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro ao autor os benefícios da justiça gratuita.

Tendo em vista a concessão da gratuidade, **determino a redistribuição do processo para a secretaria da 2ª Vara Cível.**

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 839.314, decidiu que é necessário, sob pena de extinção por falta de interesse processual, que a parte junte aos autos o comprovante de que esgotou a via administrativa:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.314 (835)

ORIGEM : PROC - 90820121 - TJMA - TURMA RECURSAL ÚNICA
DE IMPERATRIZ

PROCED. : MARANHÃO

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

RECTE.(S) : FRANCISCO BORGES LEAL

ADV.(A/S) : DÁVIO SÓCRATES DE SOUSA NASCIMENTO E
OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE
SEGURO DPVAT S/A

ADV.(A/S) : DINA CLÁUDIA DOS REIS PEREIRA SOARES E
OUTRO(A/S)

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.
DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO
ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.
MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO
PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG.**

1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.

2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de



manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.

3. In casu, o acórdão recorrido assentou:

“2. Inexiste uma das condições da ação, pois que não houve indícios de que fora realizado qualquer pedido administrativo perante a Seguradora reclamada. 3. Inexiste necessidade do pronunciamento judicial, pois não havendo que se falar em pretensão resistida a justificar a propositura da presente demanda, não há o interesse de se ingressar com a demanda em juízo.”

Assim, determino a emenda à inicial para que o autor junte aos autos, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, cópia do processo administrativo junto à seguradora requerida, documento indispensável a demonstrar o seu interesse jurídico, bem como adite a sua petição inicial para esclarecer sobre eventuais valores recebidos na via administrativa.

-

TERESINA-PI, 17 de outubro de 2019.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0826888-02.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e a existência de pedido de gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 14 de outubro de 2019.

EFIGENIA MARIA BORGES DA SILVA
Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Segue anexo.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR/UF

2350981 SSP PI

CPF

004.399.783-00

DATA NASCIMENTO

22/06/1983

FILIAÇÃO

CANDIDO LUSTOSA

MACHADO

MARIA DAS DORES DE

SOUSA LIMA

PERMISSÃO

PERMISSÃO

ACC



CAT.HAB.

AB

Nº REGISTRO

06639252155

VALIDADE

14/06/2017

1ª HABILITAÇÃO

15/06/2016

OBSERVAÇÕES

Antonia Meiriane Lustosa Lima

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

TERESINA

DATA DE EMISSÃO

15/06/2016

Arão Martins do Rego Lobão
ARÃO MARTINS DO REGO LOBÃO
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI

ASSINATURA DO EMISSOR

08589088526
PI316769703

DETRAN-PI (PIAUÍ)

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

1292886706

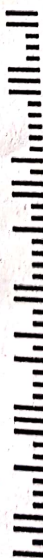
PROIBIDO PLASTIFICAR

292886706





ALEMANHA VEICULOS



CTC SANTO AMARO - ESTADOS (B)

ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA 244.0 2987
QUADRA 32 35CS FREI DAMIAO
GURUPI TERESINA PI
64090-491



7209036539875679136003786330160519

Data de postagem:
16/05/2019

03X06



Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)		Data e Assinatura ____/____/____		
Empregador VICENTE MAGNO DE SOUSA		Inscrição CNPJ: 09.213.351/0001-55	Admissão 05/06/2019	Competência Junho de 2019
Empregado 000012 ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA		Cargo VENDEDOR	Lotação CASA DO PLASTICO " O LOURO "	
PIS 21214074369	Banco	Agência	Conta	Tipo de Conta
Discriminação das Verbas				
Cod.	Descrição	Referência	Provento	Desconto
010	Salário-Família	4 cota(s)	113,70	
011	Salário-Base	26 dia(s)	925,31	
310	INSS	8%		74,02
			Total de Proventos 1.039,01	Total de Descontos 74,02
				Líquido a Receber 964,99
Salário Contratual 1.067,67	Base de Cálculo do INSS 925,31	Base de Cálculo do FGTS 925,31	FGTS 74,02	FGTS Contribuição Social Base de Cálculo do IRRF





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.000985/2017-98

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO pelo Registro: Almiralce Ribeiro Lebre Carlos

Data/Hora: 07/03/2017 - 15:45

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

13/02/2017 - 18:00

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

Bairro

TERESINA

SÃO CRISTOVÃO

Endereço

AV. JOÃO XXIII, Nº

Complemento

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA - 33 ANOS

Tipo Envolv: VÍTIMA/Noticiante

Mãe: MARIA DAS DORES DE SOUSA LIMA

Endereço: QUADRA 32, CASA 35, RESIDENCIAL FREI DAMIÃO, Nº

Bairro: GURUPI

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 96-8898-6353

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

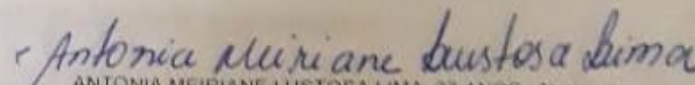
Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB)

RELATO DA OCORRÊNCIA

A NOTICIANTE VEIO COMUNICAR QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/CG 125 FAN, NO 2015, PLACA PII-9470, PROPRIETÁRIA A MESMA ACIMA QUALIFICADA. RELATA A VITIMA QUE TRAFEGAVA NA AV. JOÃO XXIII, QUANDO UM VEÍCULO PAROU NO SINAL AMARELO E NO QUE DEU RÉ, BATEU NA MOTO DA VITIMA. LESIONADA FOI SOCORRIDA POR TERCEIRO E ENCAMINHADA PARA A UPA DO PROMOTOR. DEPOIS TRANSFERIDA PARA O HUP, CONFORME PRONTUÁRIO 435491. FATO TESTEMUNHADO POR RAIMUNDO DO CARMO PEREIRA, CPF 042082373-50. AS DECLARAÇÕES SÃO DE RESPONSABILIDADE DA NOTICIANTE.


Almiralce Ribeiro Lebre Carlos - Mat. 0097616
AGENTE DE POLÍCIA

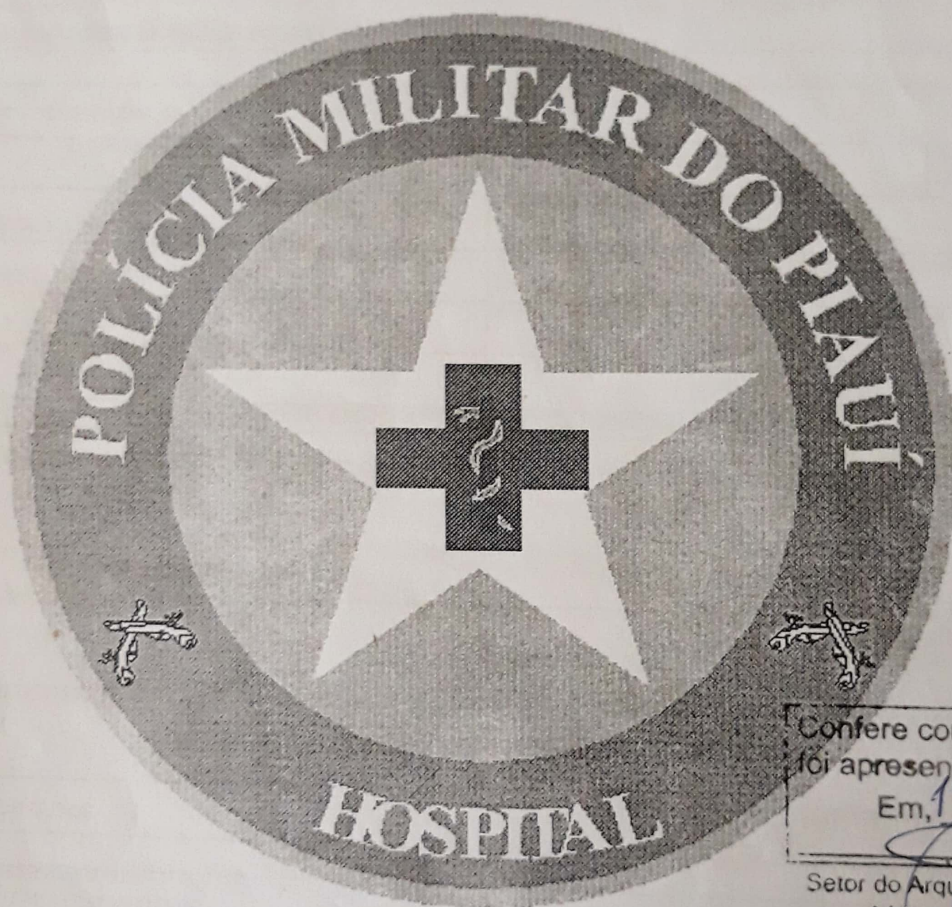
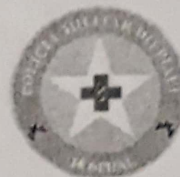

ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA - 33 ANOS - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original que
foi apresentado(a) e dou fé.

Em, 14/09/17

Setor do Arquivo Técnico do HPMPi

Luís Henrique Vasconcelos Bastos 1º TEN PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPMPi
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE:

Antônio Kajiane Bastos Duva

NÚMERO DO PRONTUÁRIO:

76494/17

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPi
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

09/09/2017 13:30
IDE

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA POLÍCIA MILITAR

ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DA POLÍCIA MILITAR

AIH : 221710134535-0
UNI : HOSPITAL DA POLÍCIA - DIRCEU

ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA

ELIBERA: 09/07/2017

PROCE.: 0408060352 RETIRADA DE FIO DA MÃO ESQUERDA
CP.SIST: FRANCISCO
CID : Z470

DT. LAUDO : 21/06/2017

Assinado eletronicamente por: IGOR DE LIMA CABRAL - 23/09/2019 10:31:54
RG: 105135193-2 Mat. 14495-9

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE

ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA ARAUJO

Nº PRONTUÁRIO

1239

7. CARTÃO NACIONAL SUS

700701907753379

8. DATA NASC

22/06/1983

9. SEXO

Feminino

CPF:

RG:

325891

SSP-PI

0.1 NOME DA MÃE

ANTONIA DAS DORES DE S LIMA

1. ENDEREÇO

32 CS 35 CONJ FREI DAMIAO

DERECHO LOCAL

98884-1162

2. FONE DE CONTATO

38686353

13. MUNICÍPIO

TERESINA

10.2 NOME DO RESPONSÁVEL

12.2 BAIRRO

GURUPI

12.3 COMPLEMENTO

COMPLEMENTO LOCAL

BAIRRO LOCAL

14. IBGE

15. UF

PI

16. CEP

64090490

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

PACIENTE COM RIGIDEZ ARTICULAR GRAVE DO 5º DEDO DA MÃO ESQUERDA COM PRESENÇA DE FIOS DE KIRSHINNER

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

DOER E RIGIDEZ

Assinado eletronicamente por: IGOR DE LIMA CABRAL - 23/09/2019 10:31:54
RG: 105135193-2 Mat. 14495-9

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)

EXAME FÍSICO

DT. MÉDICO INICIAL

ATURA DE OUTROS DEDOS

21. CID PRINCIPAL

S620-2470

22. CID SECUNDÁRIO

23. CID CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

DT. DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

TIPUS DA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO

LEITO/CLÍNICA

2. CUBA

27. CARÁTER DA INTERNAÇÃO

2

28. NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

FERDINAND CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS N

29. DT/SOLICITAÇÃO

21/06/2017

31. ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG DO CONSELHO)

25. COD. DO PROCEDIMENTO

0408060352

30.1 CPF

71603921320

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

ACIDENTE DE TRÂNSITO

33. CNPJ DA SEGURADORA

34. Nº DO BILHETE

35. SÉRIE

ACID TRABALHO TÍPICO

39. CNPJ EMPRESA

39. CHAE EMPRESA

40. CBOR

ACID TRABALHO TRAJETO

ID10 PRINCIPAL

CID10 SECUNDÁRIO

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA LESÃO DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO MÉDICA LEGAL

☐ LEVE

☐ GRAVE

☐ GRAVÍSSIMA

AUTORIZAÇÃO

NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

DT. AUT.

CNS/CPF

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

50. NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE DE AVALIAÇÃO / AUDITORIA

51. DT. AUT.

52. CNS/CPF

ENTE DO RESPONSÁVEL

Antonia Meiriane Lustosa Lima



Assinado eletronicamente por: IGOR DE LIMA CABRAL - 23/09/2019 10:31:54

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909231031515900000006162085

Número do documento: 1909231031515900000006162085



Polícia Militar do Piauí
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



FOLHA DE INTERNAÇÃO

INTERNOU-SE NO HOSPITAL

SIM ☐ NÃO ☐

IDEM OUTROS HOSPITAIS

SIM ☐ NÃO ☐

CLÍNICA

Médico Assistente

Permanência

CLÍNICA

FICHA DE PRONTUÁRIO

12/07/2017

Nome: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA

Pront.: 176494

Nasc.: 22/06/1983 Sexo: F

Convênio: SUS - INTERNACAO

Atendimento: 398577

Enfermaria: POSTO I

ENF 119 LEITO

Leito: 119

Pai: CANDIDO LUSTOSA MACHADO

Mãe: MARIA DAS DORES DE SOUSA LIMA

RG: 2350981

Residência:

RUA ESTUDANTE ITALO RANGEL QD-32 CASA 35 GURUPI

Nr.: 35

Cidade: TERESINA

Cep: 64000010

Telefone: 86 - 32319610

Histórico Clínico, Registro das Palavras do Doente e Todos os Achados de Exames a Que Foi Submetido.

Paciente com 6 meses de pós-operatório
de fratura de falange do 5º dedo mão (R)

DIAGNÓSTICO

Provisório:

Articulação do punho intra-articular

CID Z470

Principal:

CID

Procedimento:

Sintomas e Sinais Principais

Causa Médica

Histo - Patológico:

Luis Henrique dos Anjos Reis 1º TEN. PM
Chefe do Serviço Técnico do HPM PI
RG: 105.88193-2 Mat. 14495-9

TRATAMENTO

Tipo:

Terapêutica Médica

Operação

Eficácia

- ☐ Nenhuma
☐ Médico
☒ Cirurgia
☐ Médico Cirurgico

- ☐ Nenhuma
☐ Médico
☒ Cirurgia
☐ Médico Cirurgico

DURAÇÃO

Data/Hora de Internação
12/07/2017 07:07:54

Data da Alta:
13/07/2017

Data da Hospitalização
1/1

ALTA

Saída

Transferência

Óbito

- ☐ Curado
☒ Melhorado
☐ Inalterado
☐ A Pedido
☐ Internação p/ Diagnóstico
- ☐ Divisão Médica
☐ Por Indisciplina
☐ Evasão
☐ P. Ambulatório

- ☐ Fisiologia
☐ Psiquiatria
☐ Outros

- ☐ Ocorrido nas primeiras 48 horas em estado agônico ou pré-agônico
☐ Ocorrido nas primeiras 48 horas sem apresentar estado agônico ou pré-agônico
☐ Ocorrido nas primeiras 48 horas de internação

Assinatura:





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE



BOLETIM DE CIRURGIA

DATA: 12 / 07 / 17
Nº DO PRONTUÁRIO 176494 SALA 03
CÓD DA CIRURGIA: 0408060352

Descrição da Cirurgia:

1. Paciente em DSH sob anestesia
2. Ressecção e artroscopia + corpo estéril
3. Retirada de pinos entre ossos
4. Curativos

Lito Henrique dos Anjos F. da 1ª TEN PM
Chefe do Ambulatório Técnico do HPM PI
RG: 105126193-2 Mat. 14495-9





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 60484

PACIENTE: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA

NOME DA MÃE: MARIA DAS DORES DE SOUSA LIMA

DATA DO NASCIMENTO: 22/06/1983

MÉDICO SOLICITANTE: CRM

DATA DA REALIZAÇÃO: 13/07/2017

DATA DO LAUDO: 17/07/2017

CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DA MÃO ESQUERDA EM DUAS INCIDÊNCIAS

Controle pós-operatório de retirada de material de osteossíntese no 5º quirodáctilo.

Redução difusa da densidade mineral óssea.

Densificação de partes moles adjacentes.

* Correlacionar com dados clínicos.

Luis Henrique *[Assinatura]* 1º TEN. PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM-PI
RG: 105188193-2 Mat. 14485-9

[Assinatura]
Mayra Virginia S. Costa
CRM-PI 3326





**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: Antonia Meiriane Bastos Lima

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 435491

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



**HOSPITAL GERAL DO PROMORAR**

Av. Ulisses Guimarães s/n Promorar - Fone: 86 3215 9153

TERESINA-PI CEP: 64075-450 CNPJ: 17.577.205/0009-94

Imp: 13/02/2017 14:37:21

(User: DR RODRIGO MEDEIROS)

(Estação: UPA-CONSULTÓRIO)

BOLETIM DE ENTRADA (BE)**DADOS DO PACIENTE:**

Nome: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA		Prontuário: 35076
Mãe: MARIA DAS DORES DE SOUSA	Pai: CANDIDO LUSTOSA MACHADO	
End.Resid.: QUADRA 32 CASA 35 - RESID. FREI DAMIÃO - TERESINA - PI - CEP: -		
Nascimento: 22/06/1983	Idade: 33a:8m:22d	Sexo: Feminino Fone: 86- 8868-6353
Responsável: O MESMO	CNS:	
Profissão: VENDEDORA	Documento: CPF: 004.399.783-00	
G. Instrução: Médio Completo	E.Civil: Solteiro(a)	
End.Local.: - - -		

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 55391	Entrada: 13/02/2017 13:20:30	Convênio: S U S	Proced: 0301060061
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação: AUTOAGRESSÃO	Classificação: Hemorragia menos incontrolável	Cor: Amarelo
Breve História Clas. Risco: ACIDENTE DE TRÂNSITO. CORTE EM MÃO ESQUERDA. SABIDAMENTE GESTANTE. SEM ALERGIAS. PA=150/100.		MARIO COELHO E SILVA NETO COREN 464718-PI Em: 13/02/2017 13:35:01

SSVV: (Hora: :)
Peso: 0,00 Kg Altura: 0,00 M IMC: 0,00 Kg/m2 Pulso: bpm Pressão: mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:

QUEDA DE MOTO COM FCC EM MÃO ESQUERDA
AO EXAME, CONSCIENTE, EUPNEICA, ESTAVEL, ABDOME INOCENTE

RX mto (E) mostra fratura v fechada proximal.

Diagnóstico Inicial: ?	SID:
----------------------------------	-------------

Exames Complementares:

RX mto (E)

Prescrição Médica:

SUTURA

Examinar ao HVT p/ ortopedista.

Motivo da Alta/Encerramento:

Alta Melhorado

DATA: / /

HORA: :

Dr. Rodrigo Medeiros Costa
Cirurgia Geral
CRM-PI 3980

Antonia Meiriane Lustosa Lima





HOSPITAL GERAL DO PROMORAR

Av. Ulisses Guimarães s/n Promorar - Fone: 86 3215 9153

TERESINA-PI CEP: 64075-450 CNPJ: 17.577.205/0009-94

BOLETIM DE ENTRADA (BE)

DADOS DO PACIENTE:

Imp: 13/02/2017 14:00:11

(User: DR RODRIGO MEDEIROS)

(Estação: UPA-CONSULTORIO)

Nome:	ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA			Prontuário:	35076
Mãe:	MARIA DAS DORES DE SOUSA		Pai:	CANDIDO LUSTOSA MACHADO	
End.Resid.:	QUADRA 32 CASA 35 - RESID. FREI DAMIÃO - TERESINA - PI - CEP: -				
Nascimento:	22/06/1983	Idade:	33a:8m:22d	Sexo:	Feminino
Responsável:	O MESMO		CNS:		
Profissão:	VENDEDORA		Documento:	CPF: 004.399.783-00	
G. Instrução:	Medio Completo		E.Civil:	Solteiro(a)	
End.Local.:	- - -				

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	55391	Entrada:	13/02/2017 13:20:30	Convênio:	S U S	Proced:	0301060061
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)						

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma de Apresentação:	Classificação:	Cor:
AUTOAGRESSÃO	Hemorragia menos incontrolável	Amarelo
Breve História Clas. Risco:		
ACIDENTE DE TRÂNSITO. QUEDA EM MÃO ESQUERDA. SABIDAMENTE GESTANTE. SEM ALERGIAS. PA-150/100.	MAPIO COELHO E SILVA NETO COREN 464718-PI Em: 13/02/2017 13:35:01	

SSVV:	(Hora: ____:____)								
Peso:	0,00 Kg	Altura:	0,00 M	IMC:	0,00 Kg/m2	Pulso:	bmp	Pressão:	mmHg

Queixa Principal / Dados Clínicos / Conduta:
QUEDA DE MOTO COM FCC EM MÃO ESQUERDA AO EXAME, CONSCIENTE, EUPNEICA, ESTAVEL, ABDOME INOCENTE
RX mma @ mma fracture v fracture pma x mma.
Exames Complementares:
RX mma @ mma

Exames Complementares:
RX mma @ mma

Exames Complementares:
RX mma @ mma

Prescrição Médica:
SUTURA

Prescrição Médica:
SUTURA

Motivo da Alta/Encerramento:
Alta Melhorado

Motivo da Alta/Encerramento:
Alta Melhorado

Dr. Rodrigo Medeiros Costa
Cirurgia Geral



Assinado eletronicamente por: IGOR DE LIMA CABRAL - 23/09/2019 10:31:54

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909231031515900000006162085>

Número do documento: 1909231031515900000006162085



HOSPITAL GETULIO VARGAS
Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: **ANTONIA NEIRIANE LUSTOSA LIMA**

Prontuário: **176494**

Atendimento **306590**

Dt. Nasc.: 22/06/1983

Idade: 33a 9m 6d

Sexo: F

Dados da Solicitação:

Pedido: **45787**

Data Pedido: 27/03/2017

Médico Solicitante: BRUNO SOARES FREIRE

Setor Solicitante: DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

Unid. Internação / Leito: /

Convênio: SUS - AMBULATORIO

Cód. Procedimento: **02.04.04.009-4**

Data do Laudo: 28/03/2017

RADIOGRAFIA DA MAO ESQUERDA

RELATÓRIO: O estudo radiológico da mão esquerda foi realizado nas incidências AP e OBLÍQUA.

- Controle radiológico evolutivo pós-operatório.
- Fratura distal da primeira falange do quinto dedo da mão esquerda.
- Osteossíntese.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA: Fratura óssea. Exame de controle.





HOSPITAL GETULIO VARGAS

Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: **ANTONIA NEIRIANE LUSTOSA LIMA**

Prontuário: **176494**

Atendimento **306590**

Dt. Nasc.: 22/06/1983

Idade: 33a 9m 6d

Sexo: F

Dados da Solicitação:

Pedido: **45787**

Data Pedido: 27/03/2017

Médico Solicitante: BRUNO SOARES FREIRE

Setor Solicitante: DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

Unid. Internação / Leito: /

Convênio: SUS - AMBULATORIO

Cód. Procedimento: **02.04.04.009-4**

Data do Laudo: 28/03/2017

RADIOGRAFIA DA MAO ESQUERDA

RELATÓRIO: O estudo radiológico da mão esquerda foi realizado nas incidências AP e OBLÍQUA.

- Controle radiológico evolutivo pós-operatório.
- Fratura distal da primeira falange do quinto dedo da mão esquerda.
- Osteossíntese.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA: Fratura óssea. Exame de controle.





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02



BOLETIM DE ENTRADA - BE

Imp: 13/02/2017 18:49:06

User: CAMILA NORBERTA

Estação: RECEPÇÃO

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA		Prontuário:	435491
Mãe:	MARIA DAS DORES DE SOUSA LIMA	Pai:	NAO INFORMADO	
End. Resid.:	QD 32 CS 35 - RESID. FREI DAMIÃO - TERESINA - PI - CEP: 64000-010			
Nascimento:	22/06/1983	Idade:	33a:8m:22d	Sexo: Feminino Fone: 86-98869-6353
Responsável:	O MESMO	CNS:	898000656768292	
Profissão:	VENDEDORA	CPF:	* RG: -	
G. Instrução:	Médio Completo	E. Civil:	Solteiro(a)	
End. Local:	- - -			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	594611	Data:	13/02/2017 18:44:54	Condução:	VEÍCULO PRÓPRIO OU DE TERCEIROS
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC				Convênio: S U S
Cid. Trab.:	Não	Trajetos?:	Não	Típico:	Não
CID Secundário:	V299				

DADOS CLÍNICOS:

Repre acidente de trânsito, com trauma na mão (E) com ferimento no 5º dedo já suturado no Hospital (VPA Promotor).

PA	X	mmHg	Pulso:		FC:		bpm	Temp.:	
Diagnóstico Inicial:	Fratura 5º dedo mão (E)							CID:	S62.6

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

Re mão (E) com fratura desviada, 17
Ida guarda
Suturas para curar 16.02.17

ALTA:	() Melhorado	() Administrativa	() Retornar à Unid. Origem:
	() Curado	() Por Indisciplina	() Transferência:
ÓBITO:	() Inalterado	() Por Evasão	DATA SAÍDA: / /
	() A Pedido		HORA: : .
DESTINO:		() Internação na Unidade	
() Até 24 Hs		() Família	Proced. Solicitado: 0408020342
() De 24 a 48 Hs		() IML	S62.6
() Após 48 Hs		() Anat. Patol.	CID Compatível:
			Prof. Solicitante
			Internação:

Dr. Ferdinand Freitas
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 3098 - TEO: 11020



Assinado eletronicamente por: IGOR DE LIMA CABRAL - 23/09/2019 10:31:54

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909231031515900000006162085>

Número do documento: 1909231031515900000006162085



POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 96597
PACIENTE: ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA
NOME DA MÃE: MARIA DAS DORES DE SOUSA LIMA
DATA DO NASCIMENTO: 22/06/1983
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 13/04/2018
DATA DO LAUDO: 19/04/2018
CONVÊNIO: SUS - AMBULATORIO

RADIOGRAFIA DA MAO ESQUERDA EM DUAS INCIDÊNCIAS

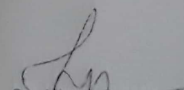
Fratura antiga da extremidade distal de F1 do 5º dedo, associada a deformidade em flexão da articulação interfalangeana proximal correspondente.

Superfícies articulares preservadas.

Partes moles sem alterações.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fratura antiga da extremidade distal de F1 do 5º dedo, associada a deformidade em flexão da articulação interfalangeana proximal correspondente.


Dra. Lúcia de Sampaio



HPMPI
ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA
Idade: 034Y
Sexo: F



WC: 579
WW: 1247

Guest

Exame: 13/04/2018 Hora: 11:29



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Antonia Meiriane Lustosa Lima,
inscrito no CPF sob o número 004.399.783-00, RG: 2350981 com endereço
à rua Quadra 32, casa 35, Frei damião, Gurupi,
CEP: 64090-491, na cidade de Teresina-PI **DECLARO**, com fins de
pleitear os **BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, previsto no
inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo
98 e ss. da lei nº. 13.105/2015, ser pobre nos termos da lei, na acepção da
palavra e não poder dispor de condições financeiras para arcar com as despesas
processuais.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei nº. 13.105/2015 e Lei nº
7.115/83, ciente, portanto, a declarante e que em caso de falsidade, ficará sujeita
às sanções criminais, civis e administrativas previstas na legislação própria.

Cidade: Teresina - PI Data: 23 / 08 / 19

Antonia Meiriane Lustosa Lima



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Antonia Meiriane Lustosa Lima,
inscrito no CPF nº 004399733-00 RG: 2350981, estado civil: Solteira,
residente e domiciliado na Rua Quarta 32, Frio Damao,
sob nº 35, Bairro Gurupi, na Cidade de Teresina-PI,
CEP nº 64090-491.

OUTORGADO: A presente procuração é concedida ao advogado: **IGOR DE LIMA CABRAL** inscrito na OAB/PI, sob o nº 18163, com endereço profissional na Rua 24 de Janeiro, nº 505, bairro Centro, cidade de Teresina/PI, telefone: (86) 998458500.

PODERES: O(s) outorgante(s) nomeia(m) os outorgados seus procuradores, conferindo-lhes os poderes da cláusula "ad judicium" e "ad extra", conjunta ou separadamente, para representá-lo(s) em juízo ou fora dele, outorgando-lhes ainda os especiais poderes de concordar, acordar, confessar, discordar, desistir, transigir, firmar compromissos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, receber valores e levantar alvarás judiciais extraídos em nome do outorgante, requerer falências e concordatas, imputar a terceiros, em nome dos outorgantes, fatos descritos como crimes, arguir exceções de suspeição, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, constituir preposto, substabelecer com ou sem reserva os poderes conferidos pelo presente mandato.

Cidade: Teresina-PI

Data: 23 / 08 / 19

Antonia Meiriane Lustosa Lima



Rio de Janeiro, 13 de Abril de 2018

Aos Cuidados de: **ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA**

Nº Sinistro: **3180158885**

Vítima: **ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA**

Data do Acidente: **13/02/2017**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180158885**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovante de residência não conclusivo
- Comprovação de ato declaratório faltando página

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01413/01414 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12654090



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE TERESINA – PI**

ANTONIA MEIRIANE LUSTOSA LIMA, brasileira, vendedora, solteira, regularmente inscrito no CPF sob o nº 004.399.783-00, com RG 2350981 SSP/PI, residente e domiciliada em quadra 32, casa 35, Frei Damião, Gurupi, Teresina-PI, CEP 64090-491, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, conforme procuração em anexo, requerer

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Rua da Assembleia, nº 100, 17º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031- 902, o que faz com supedâneo no art. 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria, ante os fatos e fundamentos a seguir expostos.



1- PRELIMINARMENTE

A) Da Justiça Gratuita

Inicialmente declara a requerente ser pessoa pobre, que não possui condições financeiras e nem econômicas para arcar com custas processuais, inclusive por estar com sequelas devido ao acidente que será informado nos próximos tópicos, inclusive com comprovante de renda, **em anexo**. Por isso, requer que seja concedido o benefício da Justiça Gratuita instituída pelo artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, e da Lei nº 1.060/50.

2- DOS FATOS

A Requerente é beneficiária da indenização por danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, que compreende invalidez, conforme comprovam os documentos inclusos.

O direito a indenização da requerente surgiu em decorrência de acidente automobilístico ocorrido em **13/02/2017 (BO em anexo)**.

Em virtude do acidente de trânsito, sofreu fraturas (laudos e exames médicos em anexo).

A suplicante, ao tomar ciência acerca dos direitos que lhe compete, ingressou com o pedido na seara administrativa. Em resposta ao seu pedido, o autor recebeu a informação de que a documentação não estava conclusiva.

Tendo em vista o dano sofrido e o limite máximo do valor estipulado pelo art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o requerente vem perante esse juízo para postular o valor devido.

Adverte que a debilidade limitou seus movimentos, tendo o requerente dificuldade de retomar a vida normal, conforme laudo médico anexado aos autos, configurando perda funcional, restringindo a indenização ao campo da tabela legal, anexa da Lei nº 6.194/74, para lesões no percentual no limite de – **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteado, depois de ser realizada a perícia, visto que ela pertence ao rol de segurados que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.



3- DO DIREITO

3.1 Da Solidariedade das Seguradoras Participantes do Consórcio

A Requerida é Seguradora regularmente conveniada Juno à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Ainda, ante o princípio da solidariedade, a requerida está legitimada para figurar no polo passivo da presente demanda, conforme prevê o art. 7º, *caput*, da Lei nº6.194/74, *in verbis*:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Nesse sentido: **Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - COMPLEMENTAÇÃO - REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO REMETIDO A **SEGURADORA** DIVERSA - VALIDADE - **SOLIDARIEDADE** ENTRE AS **SEGURADORAS** - INTERESSE PROCESSUAL - PRESENÇA. Mostra-se perfeitamente possível à vítima de acidente de trânsito pleitear, judicialmente, o recebimento da indenização DPVAT contra **seguradora** diversa daquela à qual foi dirigido o requerimento administrativo, haja vista que as instituições que asseguram o pagamento em questão são solidariamente responsáveis pelas indenizações.

TJ-MG - Apelação Cível AC 10313150111653001 MG



Acrescenta que a Portaria nº 2797/2007 da Susep concedeu autorização à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A para representar todas as seguradoras do consórcio.

Logo, é parte legítima para responder pela demanda a empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DPVAT**, porquanto integrante do consórcio de seguradoras responsáveis pelo pagamento do seguro DPVAT.

3.2 Do Seguro DPVAT por Acidente

O art. 3º da Lei nº 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art.-3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. -2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Esse mesmo artigo traz as formas de pagamento nos incisos do §-1º:

§-1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - Quando se tratar de invalidez permanente parcial completa,



a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e

cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus à parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Excelência, o fato foi devidamente comprovado pela parte autora e, de acordo com a tabela legal, é devido à parte autora o percentual de **100% (cem por cento) – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Assim, resta claro que o requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito, visto que sofreu um acidente de trânsito que resultou em invalidez permanente, do tipo em que a lei prevê o pagamento 100% da indenização, mas que foi efetuado de forma administrativa somente no valor de R\$ **2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, desta forma remanesce ainda um crédito para o promovente de **R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)** que deverá ser acrescido de correção monetária a partir do evento danoso e de juros de mora no percentual de 1% ao mês a contar da citação da requerida. É o que se



requer.

3.3 Da Atualização Monetária Sobre o Valor já Pago Administrativamente e Sobre o Valor Devido

A Requerida ao pagar o valor do seguro DPVAT administrativamente ao Requerente pagou apenas o valor que entendeu devido sem a atualização monetária. Conduta esta contrária ao entendimento recente do Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ em sede de recurso repetitivo:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC.

1.

Polêmica em torno da forma de atualização monetária das

indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC:

A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei

n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(STJ - Resp.: 1483620 SC 2014/0245497-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 27/05/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/06/2015)



Entendimento este sedimentado no STJ, a teor do que dispõe a **Súmula 580: a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/74, redação dada pela Lei nº 11.482/07, incide desde a data do evento danoso.** (Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19//09/2016).

Observa-se que a correção monetária se trata não de acréscimo patrimonial, mas de adequação do valor da moeda à realidade inflacionária.

Por fim, aplicando tal orientação ao caso concreto, cumpre condenar a requerida a corrigir monetariamente o valor da indenização recebida pelo autor na esfera administrativa, desde a data do evento danoso até o respectivo pagamento parcial, e, depois de deduzida a quantia recebida, o valor remanescente deverá ser igualmente atualizado, até o efetivo pagamento.

4) DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se a Vossa Excelência:

- a) **A desistência da audiência de conciliação e mediação**, ante ao desinteresse da Seguradora Ré pela realização de acordos nos processos referentes à matéria em questão, nos termos do artigo 334, § 5º do NCPC;
- b) Que seja **concedido a requerente o benefício da justiça gratuita** por ser pobre na forma da Lei, conforme art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, e da Lei nº 1.060/50;
- c) Que seja a RÉ citada no endereço acima através de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente ação no prazo legal, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do NCPC;
- d) Que seja determinada a **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA em favor do consumidor**, face à verossimilhança das alegações e sua cabal hipossuficiência técnica e financeira, por força do art. 6º, inciso VIII, do CDC, para determinar que a seguradora Ré, durante a fase instrutória apresente o processo administrativo juntamente com o laudo pericial e as conclusões médicas que ensejaram o pagamento a menor da indenização;
- e) Que **seja nomeado médico local** competente por este douto juízo para realização da perícia no autor, custeada pela requerida, de preferência nas próprias dependências do Fórum, respondendo aos quesitos elencados no final desta peça, na forma do



Convênio nº 69/2015, celebrado entre TJ/PI e a Seguradora Líder, nos termos dos artigos 464 e seguintes do NCPC;

- f) Que seja a Ré condenada ao pagamento do valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, correspondente a diferença da indenização paga e a realmente devida, que deverá ser acrescido de correção monetária a partir do evento danoso e de juros de mora no percentual de 1% ao mês a contar da citação da requerida
- g) Que seja a RÉ condenada ao pagamento das custas e honorários advocatícios a ser fixado por este Juízo nos termos do art. 85 do NCPC;

O advogado peticionantes declara autênticas e verdadeiras todas as documentações juntadas à presente petição, atendendo ao disposto no artigo 425, inciso IV, do NCPC.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial e a realização de perícia médica, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se à causa, o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Nestes termos, pede e espera deferimento como medida de inteira justiça.

Teresina, 23 de setembro de
2019

IGOR DE LIMA CABRAL
OAB/PI 18.163

